

Marcos Roberto Nunes Costa<sup>1</sup>

**O problema da relação entre o livre-arbítrio humano e a graça/predestinação em Agostinho em diálogo com a Modernidade/Contemporaneidade**

**Resumo:** Um dos temas mais complexos na doutrina filosófico-religiosa de Santo Agostinho é o da relação entre o livre-arbítrio humano e a graça/predestinação divinas. Problema este que tem sua maior expressão em sua polêmica com os pelagianos/semipelagianos, os quais, cada um a seu modo, julgando haver incompatibilidade entre os dois termos, buscavam a anulação de um dos polos da questão, defendendo ser o homem livre: que o pecado original em nada danificou o livre-arbítrio humano, e que, por consequência, este pode alcançar a perfeição/salvação por méritos próprios, não havendo a necessidade da graça divina para tal. Agostinho ao contrário, diz que com o pecado original a “natureza primeira” do homem foi danificada, de forma a necessitar do auxílio da graça divina para poder obrar boas ações (méritos), mas que não há incompatibilismo algum aí, pelo contrário, para ele, o que o homem perdeu foi a liberdade plena que gozava antes do pecado, ficando apenas com o livre-arbítrio, e a graça a restaura, devolvendo-lhe a plena liberdade. Igualmente, defende, que a predestinação não anula o livre-arbítrio, determinando o destino do homem. Pois, primeiro, o homem é um ser criado por Deus para si, não havendo determinados para o mal, e, segundo, por mais danificado que este esteja, resta-lhe algo de sua condição primeira, ainda que a mais ínfima, podendo este dizer não ao chamado de Deus. Estas questões vão reverberar nos discursos filosófico-religiosos acerca do problema na Modernidade/Contemporaneidade, principalmente nos meios protestantes, os quais se entrincheiram-se, cada um a seu modo, entre os chamados incompatibilismo e compatibilismo. Ambos buscando fundamentar suas posições, muitas vezes, em Santo Agostinho. Coisa que nem sempre ele concordaria. Eis o que vamos analisar neste artigo.

**Palavras-chave:** Agostinho; Livre-Arbítrio; Graça/Predestinação; Compatibilismo; Incompatibilismo; Modernidade/Contemporaneidade.

<sup>1</sup> Doutorado em Filosofia pela PUCRS, Pós-doutorado em Filosofia pela Universidade do Porto, professor efetivo do Departamento de Filosofia da UFPE. E-mail: marcosnunescosta@hotmail.com

*Civitas Augustiniana*, 8 (2019) 121-145

ISSNe: 2182-7141

DOI: <https://doi.org/10.21747/civitas/8a7>

**Abstract:** One of the most complex issues in St. Augustine's philosophical-religious doctrine is that of the relationship between human free will and divine grace / predestination. This problem has its main expression in the controversy with the Pelagians / semi-Pelagians, who, each in their own way, believed that there is an incompatibility between the two terms. They sought to annul one of the poles of the question, arguing that the human being is free. In addition, they state that original sin in no way damaged human free will, and that, consequently, the latter can achieve perfection / salvation by his own merits, without the help of divine grace. Augustine, on the contrary, says that with original sin the “first nature” of man was damaged. Thus, human being needs the help of divine grace to be able to perform good actions (merits), but Augustine claimed, there is no incompatibility there, conversely, for him, what the human being has lost was the full freedom he enjoyed before sin. Now human being has only free will that grace will restore, giving him back his full freedom. Likewise, he argues, predestination does not nullify free will, determining man's destiny. Thus, first, man is a being created by God for himself, with no determinants for evil, and, second, as much as damaged he may be, he keeps something of his first condition, even the tiniest one. Thus, human being is capable of saying no to God's call. These questions will reverberate in the philosophical-religious discourses about the problem in Modernity / Contemporaneity, mainly in Protestant circles, which have intertwined themselves, each in their own way, between the so-called incompatibilities and compatibilities. Both seeking to substantiate their positions, often in St. Augustine. Something that he would not always agree with. Here's what we'll look at in this paper.

**Keywords:** Augustine; Free will; Grace / Predestination; Compatibilism; Incompatibility; Modernity / Contemporary.

### **Introdução: contextualização/levantamento do problema**

O problema da relação entre o livre-arbítrio humano e a presciência/grça/predestinação repousa na questão da distinção entre o “querer” e o “poder” por parte da livre vontade humana, que, por sua vez, leva Agostinho a estabelecer uma diferença entre os conceitos de “livre-arbítrio humano” e “liberdade humana ou Adâmica”, e destas com a “verdadeira liberdade”, em Deus. Distinção esta que não havia no período de sua polêmica antimaniqueia, época em que escreveu os dois primeiros livros da obra *Sobre o Livre-arbítrio*, que ganha grande força na polêmica

com o pelagianismo/semipelagianismo, que acontecerá nos últimos anos de sua vida.

Baseado na supracitada distinção, temos, resumidamente, as seguintes posições:

**Pelágio:** o homem, mesmo depois da queda, pode não pecar, assim como poder pecar, ou basta querer que pode, de forma que o pecado original em nada afetou a sua liberdade, bem como não há necessidade da graça divina para querer e poder o bem.

**Celestio (Semipelagiano):** antes da queda o homem podia não pecar, assim como podia pecar, ou bastaria querer que podia (liberdade humana ou adâmica), mas com o pecado original perdeu o poder, ficando apenas com o querer (livre-arbítrio), que para poder precisa do auxílio da graça divina. Sem a ajuda da graça a livre vontade humana não pode não pecar. Em síntese: com o pecado original o homem perdeu o poder, mas ficou como querer (início da fé).

Frente a esta forma de “pelagianismo mitigado” dos semipelagianos, Agostinho, que antes já havia combatido o pelagianismo, além de reafirmar a tese central de que o homem não alcança a salvação por méritos próprios, que no processo de perfeição humana a graça divina atua não só sobre o poder, restaurando-o, mas também sobre o querer, radicalizava ainda mais suas posições iniciais ao dizer que, no processo de salvação, *Deus escolhe ou elege antecipadamente alguns que hão de se salvar*, dando-lhes a fé para querer o bem (início da fé) e a força necessária para poder realizar e/ou preservar na fé, de forma que ambos, o querer e o poder, são obras de Deus antes que méritos dos homens. Tese esta que seria reforçada pouco tempo depois em uma de suas últimas obras, a saber, o tratado *Sobre o Dom da Perseverança*, onde diz:

*Esta é a predestinação dos santos e não outra coisa, ou seja, a presciência de Deus e a preparação dos seus favores, com os quais alcançarão a libertação de todos aqueles que são libertos. Os demais, porém, por um justo juízo divino, são abandonados na massa de perdição, onde foram abandonados os tírios e os sidônios, os quais também poderiam crer, se tivessem presenciado os maravilhosos sinais de Cristo. Mas como não lhes foi dado crer, foi-lhes negada a motivação da fé [...] (De dono persev., XIV, 35 – destaque nosso).*

Ou seja, voltava à tona a mesma questão levantada cerca de vinte anos atrás por Simpliciano, Bispo de Milão, acerca das palavras do apóstolo Paulo na *Carta aos Romanos* (9-19), citando o *Livro dos Reis*, em que comenta os destinos diversos dos dois filhos gêmeos de Rebeca: Jacó e Esaú, tendo o primeiro sido escolhido e o segundo rejeitado por Deus, o que levou Agostinho, naquela ocasião, a escrever o tratado *Sobre Diversas Questões a Simpliciano*, que marcaria, por assim dizer, o início das atenções de Agostinho para os problemas envolvendo as questões do pecado original e da graça, dando ensejo a polêmica com os pelagianos/semipelagianos.

Assim como nas questões levantadas por Simpliciano, agora, na supracitada obra - *Sobre o Dom da Perseverança* - e no tratado o *Sobre a Predestinação dos Santos*, que foram as duas últimas obras de Agostinho, abria-se espaço para pelo menos duas ou três questões emblemáticas, a saber: 1. se tudo está determinado pela Vontade divina, há espaço para vontade humana? 2. no caso de predestinação, em que se justifica a Eleição [decreto] divina: na simples presciência das obras futuras (Eleição condicionada), ou, ao contrário, ela se dá independentemente de toda e qualquer ação humana (Eleição incondicional)? 3. nesta última hipótese, Deus é justo, principalmente para com os não eleitos?

Metodologicamente, poderíamos traçar aqui uma trajetória da argumentação que Agostino deu a esses problemas, mas optamos por um caminho inverso: apresentar suas posições a partir ou frente as interpretações que a elas deram os pensadores na Modernidade/Contemporaneidade, notadamente os protestantes, haja vista usarem em grande escala a “doutrina agostiniana” como fundamento de suas teses.

### **1. As duas grandes linhas de interpretações da questão na Modernidade/Contemporaneidade**

Na Modernidade/Contemporaneidade duas linhas de interpretações frente ao problema da relação entre o livre arbítrio

humano e a graça/predestinação ganharam força: a “predestinação condicionada” e a “predestinação incondicionada”.

### 1.1. “Predestinação incondicionada”

A primeira grande linha de interpretação ficou conhecida por “predestinação incondicionada”, cujos principais representantes são os chamados “predestinacionistas radicais compatibilistas”, partidários da chamada “doutrina da dupla predestinação”<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Na realidade, a “doutrina da dupla predestinação” teve início com Lúcido, no século V, passando por pensadores de peso como Gotescalco [Gottschalk] de Orbais (808-867), Thomas Bradwardine (1290-1349) e Gregório de Rimini (1300-1358), até atingir João Calvino, no início da Modernidade, o qual em suas *Institutas*, diz: «Chamamos de predestinação o eterno decreto de Deus, pelo qual houve por bem determinar o que acerca de cada homem quis o que acontecesse. Pois ele não quis criar a todos em igual condição; ao contrário, preordenou a uns a vida eterna; a outros, a condenação eterna. Portanto, como cada um foi criado para um ou outro *desses dois* destinos, assim dizemos que um foi predestinado ou para a vida, ou para a morte. Deus, porém, atesta esta *predestinação* não só em cada pessoa, mas também deu exemplo dela em toda a descendência de Abraão, da qual fizesse manifesto que está em seu arbítrio de que natureza seja a condição futura de cada nação» (Calvino, J., *As institutas ou tratados de religião cristã*, trad. de Olivetti, O., Cultura Cristã, São Paulo 2006, III, 21,5 – destaque nosso). E na obra *Breve Instrução Cristã*, diz: «A semente da Palavra de Deus acha raízes e frutifica unicamente naqueles em quem o Senhor, por sua eterna eleição, destinou para serem filhos e herdeiros do reino celestial. Para todos os demais, que que pelo mesmo conselho de Deus, antes da constituição mundo, foram reprovados, [...]» (Calvino, J., *Breve instrução cristã* – publicada em 1537, trad. de Daliela Raffo in *SoliDeoGloria* – Biblioteca Evangélica Virtual, 2008, p. 35). Bem como na obra *A Doutrina da Eleição*, encontramos diversas passagens em que defende a “predestinação incondicional supralapsária”, por exemplo, logo no primeiro tópico em que comentando as palavras do apóstolo Paulo (2Tim. 1:9-10), inicia dizendo: «se nós quisermos conhecer a livre misericórdia de nosso Deus em nos salvar, devemos nos achegar a Seu conselho eterno pelo qual Ele nos escolheu antes da fundação do mundo. Pois aqui podemos ver que Ele não tinha nenhuma estima às nossas pessoas, nem à nossa dignidade, nem a quaisquer méritos que poderiam haver em nós. Antes de nascermos, estávamos inscritos em Seu registro; Ele já havia nos adotado por Seus filhos» (Calvino, *A doutrina da eleição*, trad. de Teixeira, W., O Estandarte de Cristo, São Paulo 2018, p. 5).

supralapsária”<sup>3</sup>, como ficou conhecida mais tarde: uma, “positiva”, referente aos “eleitos” que alcançarão, necessariamente, a salvação eterna, e outra, a “negativa”, dos reprovados ou predestinados ao suplício eterno, a qual tanto quanto no caso dos escolhidos, é obra deliberada da vontade de Deus.

O que para os críticos desta teoria, esta entra em contradição com o conceito de Deus, como Sumo bem, que aqui apresenta-se como um Deus perverso, que deliberadamente escolhe alguns para o inferno, o que para comentadora Eva Michel

constitui uma afronta para o nosso sentido (moderno) de justiça. Para não falar do facto de que esta conclusão parece contradizer, diametralmente, a pregação e a vida de Jesus que, de acordo com os evangelhos do Novo Testamento, nunca limitou o seu convite a apenas alguns (Ibid., 2017, p. 64-65).

Daí concluir, mais adiante, dizendo que “o ‘caráter duplo’ da predestinação é, sem dúvida, o aspecto que mais destoa com a nossa sensibilidade e o que há de mais difícil de aceitar para ‘cristãos esclarecidos’ do século XI” (Ibid., p. 67).

O certo é que na “doutrina da dupla predestinação” o pecado faz parte da natureza dos condenados, levando ao entendimento de que Adão pecou necessariamente, seguindo os desígnios para os quais fora escolhido, caindo-se assim num “quase maniqueísmo”: de que há uma natureza ontologicamente má, conforme vemos num

<sup>3</sup> Segundo João Alves dos Santos, «o nome deriva-se da palavra *lapsus*, que quer dizer ‘queda’. Assim, a queda do homem é o fator decisivo nessa discussão. Dentre outras menos comuns, duas posições são as que dominam o campo da discussão entre os calvinistas, as quais levam o nome de supralapsarianismo e infralapsarianismo [...]. Esses prefixos também são latinos e significam ‘acima’ ou ‘anterior’ (*supra*) e ‘abaixo’ ou ‘posterior’ (*sub* ou *infra*). O supralapsarianismo coloca tanto o decreto da eleição para a vida como o da reprovação ou predestinação para a morte como ocupando lugar antes do decreto da queda (daí o nome supralapsarianismo), ao passo que o infralapsarianismo coloca o lugar de ambas depois do decreto da queda, em ordem ou sequência histórica, por isso é chamado de *infra* ou *sublapsarianismo*» (Santos, J.A. dos, «Calvino e o lapsarianismo: uma avaliação de como Calvino pode ser lido à luz da discussão *supra* e *infralapsariana*», *Fides Reformata*, XXII-2 (2017) 118).

pequeno trecho das Institutas de Calvino, em que para executar esta vontade absoluta, Deus não somente permitiu mas quis e fez com que acontecesse a queda de Adão:

Mais uma vez pergunto: de que modo aconteceu que a queda de Adão envolveu irremediavelmente tantos povos, juntamente com a sua descendência infantil, na morte eterna, a menos que isso agradasse a Deus? O decreto é terrível, confesso. Contudo, ninguém pode negar que Deus conheceu de antemão o fim que o homem deveria ter antes de o ter criado e, conseqüentemente, conheceu de antemão porque assim ordenou por seu decreto. E não deveria me parecer absurdo dizer que Deus *não só previu a queda do primeiro homem, e nele a ruína de seus descendentes, mas também o cumpriu [fez com que ocorresse] de acordo com sua própria decisão [...]*. Logo, o primeiro homem caiu porque o Senhor julgou conveniente que ele caísse [fez com que caísse]» (Calvino, *Institutas*, III, XXIII, 7,8 – destaque nosso)<sup>4</sup>.

Daí ressaltar Ebenezer Oliveira, que «é inegável, pois, que Calvino advogava que até os pecados acontecem por decretos propositais de Deus, uma vez que, para ele, a morte espiritual e eterna de um ser homem acontece pelo plano e vontade divina»<sup>5</sup>.

Neste caso, tendo o pecado de Adão manchado todos os seus descendentes, transformando-os em “massa de perdição”, inclusive os “eleitos”, mas, tendo Deus escolhido antecipadamente alguns para salvação, a estes seria dado os meios (graça eficaz ou irresistível<sup>6</sup>) capaz de resgatá-los do meio da “massa de condenados”, de restaurar sua liberdade decaída, rumo à salvação, ficando os demais

<sup>4</sup> O que logo adiante, entrando em contradição que havia dito anteriormente, diz que «o homem cai conforme a providência de Deus ordena, *mas cai por sua própria culpa* [...]. Pois, ainda que, pela providência eterna de Deus, o homem tenha sido criado para sofrer aquela calamidade à qual está sujeito, ainda toma sua ocasião do próprio homem, não de Deus, pois a única razão para sua ruína é que ele degenerou da criação pura de Deus, em perversidade viciosa e impura» (Calvino, *Institutas*, III, XXIII, 8,9 – destaque nosso). Afinal, ele caiu por cumprir um ato determinístico ou por livre vontade?

<sup>5</sup> Oliveira, E., *A doutrina da predestinação em Calvino e o caráter moral de Deus*, Bereia, Recife 2016, p. 35.

<sup>6</sup> Sobre o conceito de “graça irresistível” trataremos mais adiante.

condenados ou relegados ao infortúnio, visto possuírem tão somente um livre arbítrio totalmente corrompido (depravação total<sup>7</sup>).

Daí defenderem, ademais, que a vinda do Cristo redentor estaria destinada, única e exclusivamente, aos “eleitos” desde a eternidade, a chamada “expição limitada”<sup>8</sup>, a qual, diante da pergunta “Por quem Cristo morreu?”<sup>9</sup>, dizer Louis Berkhof que, para os reformadores, «Cristo morreu com o propósito de real e seguramente salvar os eleitos, e somente os eleitos» (Berkhof, L., *Teologia sistemática*, Luz para o Caminho, Campinas 1996, p. 395)<sup>10</sup>, o que é uma contradição, visto que se estes já estavam “predestinados à salvação” haveriam de se salvar, necessariamente, com Cristo ou sem Cristo, senão o decreto de Deus não tem tal poder.

Neste caso, se Cristo não veio, também, para salvar os pecadores, veio fazer o que? salvar quem? Pois, os eleitos já estavam salvos previamente e os demais (são eleitos) não tem mais jeito pois também já foram previamente condenados ao inferno. Logo as palavras de Cristo: «*Eu vim para que todos tenham vida, e vida em abundância*» (Jo. 10, 10 – destaque nosso) só pode ser para todos,

<sup>7</sup> Sobre o conceito de “depravação total” trataremos mais adiante.

<sup>8</sup> Teologicamente falando, a tese da “expição limitada”, que é o 3º ponto da “Tulip calvinista reformada”, está fundamenta na interpretação das seguintes passagens bíblicas: Jo 17:6,9,10; At 20:28; Ef 5:15; Tt 3:5.

<sup>9</sup> Inclusive, este é o título de um livro polêmico em defesa da chamada “expição limitada”, escrito por John Owen, cuja segunda edição/tradução brasileira é de 1996.

<sup>10</sup> Esta é, inclusive, a posição da doutrina reformada que tem a sua síntese nas teses calvinistas confirmadas na *Confissão de Fé de Westminster*, que assim diz: «O senhor Jesus mesmo, pela sua perfeita obediência e pelo sacrifício de si mesmo, sacrifício que, pelo Espírito Santo, ele ofereceu a Deus uma só vez, satisfizes plenamente à justiça de seu Pai, e, para todos aqueles que o Pai lhe deu, adquiriu são só a reconciliação, como também uma herança perdurável no Reino dos Céus» (*Confissão de Fé de Westminster*, Editora Cultura Cristã, São Paulo 1991, VIII, 5). Tese esta confirma e incluída nos famosos “Cinco pontos do Calvinismo”, elaborado no Sínodo de Dort, em 1619, no que a Morte de Cristo foi destinada «todos aqueles, e unicamente aqueles, que desde a eternidade foram escolhidos para salvação, e que lhe foram dados pelo Pai» ([s.d.], II, 8).



incluindo aí os eleitos, mas principalmente para aqueles que foram “condenados” em Adão, conforme diz um dos maiores agostinólogos do século passado, o teólogo Agostinho Trapè, fundador do *Institutum Patristicum Augustinianum, de Roma*:

A redenção é universal, isto é, realizada por Cristo em favor de todos os homens, também daqueles que perecem, também de Judas [...]. A universalidade da redenção é repetidamente afirmada ao longo de toda a controvérsia pelagiana como argumento incontestável da universalidade da queda. A esse aberto universalismo deve referir-se quem não quer interpretar erroneamente os textos agostinianos que dão um significado restritivo à conhecida passagem de São Paulo (1Tm 2,4) sobre a vontade salvífica universal<sup>11</sup>.

Esta é a posição que se aproxima de alguns calvinistas menos radicais, a exemplo de Augustus Strong, o qual diz que «Calvino, conquanto na primeira obra, *Instituição Cristã*, evita informações definidas sobre a sua posição a respeito da extensão da obra expiatória, contudo nas suas últimas, os *Comentários*, admite a teoria da expição universal»<sup>12</sup> (destaque nosso). Outro defensor da “expição universal” é R. T. Kendall, o qual ao comparar Armínio e Calvino, diz que ambos «têm em comum a crença de que Cristo morreu por todos»<sup>13</sup>. Bem como, Olson Roger, o qual ao questionar se Calvino concordaria com os chamados “cinco pontos do calvinismo”<sup>14</sup>, escritos cinquenta anos depois de sua morte, no Sínodo de Dort, a partir das ideias do sucessor de Calvino em

<sup>11</sup> Trapè, A., *Agostinho: o homem, o pastor, o místico*, trad. de Marcos, F.E. e Costa, M.R.N., Cultor de Livros, São Paulo, p. 306.

<sup>12</sup> Strong, A.H., *Teologia sistemática*, v. 2., Editora Hagnos, São Paulo 2003, v. 3, p. 470.

<sup>13</sup> Kendall, R.T., «A modificação puritana da teologia de Calvino», in *Calvino e sua influência no mundo ocidental*, trad. de Kepler, V.L.L., Casa Editora Presbiteriana, São Paulo 1990, p. 32.

<sup>14</sup> Esses “cinco pontos do calvinismo” ficaram conhecidos pelo nome de “Tulip calvinista reformada”, a saber: depravação total, eleição incondicional, expiação limitada, graça irresistível e a perseverança dos santos.

Genebra, Teodoro Beza, diz que este, «assim como a maioria dos calvinistas, também deduziu a doutrina da expiação limitada – de que Cristo morreu somente pelos eleitos e não pelos réprobos – a partir da doutrina da providência e dos decretos da eleição divinos. Essa dedução, embora lógica, não se encontra em Calvino»<sup>15</sup>.

Entretanto, vale salientar, em primeiro lugar, ainda não se trata da chamada “predestinação universalista”, que é uma terceira posição, também radical, contra a ideia da “dupla predestinação”, *segundo a qual Deus predestinou, desde a eternidade, todos à salvação*, e assim, de uma forma ou de outra, todos haverão de se salvar, inclusive o Satanás.

Em segundo lugar, os supracitados autores formam apenas uma linha de interpretação moderada do calvinismo, que é contestada pelo chamado “hiper-calvinismo”, para quem, diz Leandro Antônio de Lima, antes de mais nada, “a primeira coisa que é preciso demonstrar é que, no entendimento de Calvino, Cristo através de sua morte buscou uma remissão eficaz dos pecados dos eleitos, e, dessa forma, ele somente poderia ter morrido pelos eleitos” (2018, p. 7). E mais adiante, fazendo uma íntima relação entre eleição e expiação, ao interpretar uma passagem de Calvino que, por sua vez, ao comentar o apóstolo João diz que “o ofício de Cristo não é outro que o de *reunir juntos todos os filhos de Deus*’ por sua morte”, deduz que o “*todos os filhos de Deus*” ali exposto não significa um todo universal - todos os homens (humanidade), mas um todo limitado – ou seja, “*tão somente todos os eleitos*”, o que traz em si um problema teológico, pois se a Bíblia diz que o mundo tem um único princípio ontológico – Deus, que criou todas as coisas do nada, como os demais homens, os não eleitos, não seriam filhos de Deus? A não ser que creiamos em alguma forma de dualismo ontológico, como, por exemplo, nos maniqueus, para quem desde a eternidade há dois princípios originários: um, o Príncipe da Luz, de onde emana tudo que há de bom no mundo, e outro, o Príncipe das Trevas, origem de tudo que há de mal no mundo. Mas

<sup>15</sup> Olson, R.E., *História da teologia cristã: 2000 anos de tradição e reforma*, trad. de Chown, G., Vida, São Paulo 2001, p. 468.

a Bíblia não fala de dualismo, e sim de um único princípio - Deus (monismo), de onde tudo deriva, de forma que tudo que existe não pode ser senão o bem, principalmente o homem, que foi feito a sua imagem e semelhança, e não só este ou aquele, mas “o homem” no sentido universal de humanidade. Logo, se conclui: se os não eleitos não são filhos de Deus, de quem são filhos afinal? Do Satanás não é, pois este não tem o poder de criar, já foi criado por Deus, que o fez bom, mas tornou-se mau por livre vontade.

Há ainda uma terceira via de interpretação que busca conciliar as duas posições anteriores, na qual, diante da pergunta “quem são os eleitos a quem Cristo veio salvar?”, busca uma saída pela “eficácia” da graça, pelos resultados obtidos mediante os ensinamentos de Cristo no mundo (evangelismo), cujos sinais evidenciam os que foram eleitos. É o caso, por exemplo, do que defende a chamada “teologia da prosperidade”, para quem riqueza, sucesso, etc. são sinais de “benção”, de que foi escolhido. E aí, como Deus não deixou uma lista (em ordem alfabética) dos que foram eleitos a salvação, o Evangelho (Cristo) veio ou deve ser anunciado a “todos” no sentido amplo da palavra, mas só terá efeito ou eficácia para os eleitos previamente desde a eternidade. Ou seja, devemos bater na porta de todo mundo pregando o Evangelho, pois não sabemos se ele é ou não um dos escolhidos, vai que é? Mas só o tempo, através dos sinais positivos, dirá se ele é ou não.

Esta teoria está assentada numa passagem vaga de Calvino, que em sua obra *A Doutrina da Eleição* diz:

O Evangelho é pregado a um grande número de pessoas, as quais, não obstante, são reprovadas; sim, e Deus desnuda e mostra que Ele lhes amaldiçoou, que eles não têm parte nem porção em Seu reino, pois eles resistem ao Evangelho, e rejeitaram a graça que lhes é oferecida. Mas quando recebemos a doutrina de Deus, com obediência e fé, e descansamos em Suas promessas, e aceitamos a oferta que Ele nos faz de nos tornar Seus filhos, isso, eu digo, é uma certeza de nossa eleição. (Calvino, *A doutrina da eleição*, p. 8 – destaque nosso).

Como anunciamos acima a passagem é vaga porque coloca como critérios (sinais) da certeza de ter sido ou não escolhido,

respectivamente, a resistência/rejeição e a aceitação do Evangelho, o que é muito subjetivo e incerto pois coloca-se o critério nas mãos de quem se autoproclama eleito, que diz que a prova que ele é um eleito é que ele aceitou ser eleito, e pode fazer isto de forma dissimulada ou hipócrita, e não há como descobrir isto pois por sua prática religiosa aparente sinais de verdadeira fé, mas no coração não, e no coração ninguém entre, a não Deus.

Por isso o próprio Calvino, mais adiante, ante a pergunta: “Como podemos saber disso?” diz que «não devemos duvidar que Deus tem registrado os nossos nomes, antes que o mundo fosse feito, entre seus filhos escolhidos, *porém o conhecimento certo disso Ele reservou para Si mesmo*»<sup>16</sup>

Por outra, a supracitada passagem é mais um argumento contra a tese da “depravação total”, pois se ele diz que as pessoas resistem/rejeitam ou aceitam a pregação do Evangelho é sinal de que possuem vontade, pois não se pode rejeitar e/ou aceitar algo sem querer, pois, mesmo para não querer algo é preciso querer não querer.

Além do mais, a ideia de uma “expição limitada”, principalmente quando associada a doutrina da “dupla predestinação”, em que os “eleitos à salvação” são também aqueles para quem Cristo veio, é uma tese perigosíssima do ponto de vista prático/político, pois, por não deixar claro concretamente que são os “eleitos”, ao longo dos séculos, muitos grupos religiosos e/ou políticos se autoproclamarem os escolhidos (os santos ou salvos), e disseminarem a segregação político-religiosa-social dos demais. Isso assistimos desde os primeiros séculos a Era cristã até os dias atuais, quando, por exemplo, na Idade Média, em nome da máxima de São Cipriano “Fora de Igreja não há Salvação”, muitos grupos católicos chegaram ao extremo de promover até Guerra Santa para extermínio dos não católicos (ou não salvos). E na Modernidade e Contemporaneidade, muitos grupos se autoproclamam os escolhidos e em nome disse fazem de suas denominações religiosas

<sup>16</sup> Calvino, *A doutrina da eleição*, p. 9 (destaque nosso).

(suas Igrejinhas) o único lugar de salvação, e assim continuam fazendo loucuras.

Por isso, frente aqueles que se autoproclamam “eleitos”, e transformam suas Igrejinhas em a Igreja dos Santos, preferimos as palavras de nosso bondoso Agostinho, que em resposta aos puritanos radicais de seu tempo (os donatistas), diz não acreditar em uma Igreja (ou qualquer grupo político-religioso) só de santos, ou só de pecadores. Para ele a Igreja (e as demais Instituições humanas) é composta de santos e pecadores, e mais do que isto, não é a pertença a essa ou aquela Instituição religiosa (Igreja visível) que garante a salvação, chegando a admitir a presença de cristãos, ou de salvação, entre os ímpios, ou seja, “fora da Igreja visível”, pregando para com esses uma atitude de benevolência. Assim, no Livro I do tratado *Sobre a Cidade de Deus*, em capítulo intitulado: “Filhos da Igreja que há encobertos entre os ímpios e falsos cristãos existentes na Igreja”, diz:

*Lembre-se, todavia, de que seus próprios inimigos em suas fileiras têm latentes vários de nossos futuros concidadãos, para não julgar estéril, quanto a eles, a paciência de os suportar como inimigos, à espera da ventura de recebê-los como confessores. Lembre-se, também, de que, enquanto nesse mundo peregrina, vários que lhe estão unidos pela comunhão dos sacramentos não estarão associados à sua glória na eterna felicidade dos santos [...]. Com efeito, ambas as Cidades enlaçam-se e se confundem no século até que o juízo final as separe (De civ. Dei, I, 35. Destaque nosso).*

Mas este é um assunto muito amplo e polêmico para discutirmos aqui, cabendo mais um trabalho específico sobre ele em outra oportunidade.

## 1.2. “Predestinação condicionada”

Uma segunda linha de interpretação ficaria conhecida na Modernidade/Contemporaneidade pelo nome de “predestinação condicionada”, defendida pelos chamados “predestinacionistas

Marcos Roberto Nunes Costa<sup>1</sup>

**O problema da relação entre o livre-arbítrio humano e a graça/predestinação em Agostinho em diálogo com a Modernidade/Contemporaneidade**

**Resumo:** Um dos temas mais complexos na doutrina filosófico-religiosa de Santo Agostinho é o da relação entre o livre-arbítrio humano e a graça/predestinação divinas. Problema este que tem sua maior expressão em sua polêmica com os pelagianos/semipelagianos, os quais, cada um a seu modo, julgando haver incompatibilidade entre os dois termos, buscavam a anulação de um dos polos da questão, defendendo ser o homem livre: que o pecado original em nada danificou o livre-arbítrio humano, e que, por consequência, este pode alcançar a perfeição/salvação por méritos próprios, não havendo a necessidade da graça divina para tal. Agostinho ao contrário, diz que com o pecado original a “natureza primeira” do homem foi danificada, de forma a necessitar do auxílio da graça divina para poder obrar boas ações (méritos), mas que não há incompatibilismo algum aí, pelo contrário, para ele, o que o homem perdeu foi a liberdade plena que gozava antes do pecado, ficando apenas com o livre-arbítrio, e a graça a restaura, devolvendo-lhe a plena liberdade. Igualmente, defende, que a predestinação não anula o livre-arbítrio, determinando o destino do homem. Pois, primeiro, o homem é um ser criado por Deus para si, não havendo determinados para o mal, e, segundo, por mais danificado que este esteja, resta-lhe algo de sua condição primeira, ainda que a mais ínfima, podendo este dizer não ao chamado de Deus. Estas questões vão reverberar nos discursos filosófico-religiosos acerca do problema na Modernidade/Contemporaneidade, principalmente nos meios protestantes, os quais se entrincheiram-se, cada um a seu modo, entre os chamados incompatibilismo e compatibilismo. Ambos buscando fundamentar suas posições, muitas vezes, em Santo Agostinho. Coisa que nem sempre ele concordaria. Eis o que vamos analisar neste artigo.

**Palavras-chave:** Agostinho; Livre-Arbítrio; Graça/Predestinação; Compatibilismo; Incompatibilismo; Modernidade/Contemporaneidade.

<sup>1</sup> Doutorado em Filosofia pela PUCRS, Pós-doutorado em Filosofia pela Universidade do Porto, professor efetivo do Departamento de Filosofia da UFPE. E-mail: marcosnunescosta@hotmail.com

*Civitas Augustiniana*, 8 (2019) 121-145

ISSNe: 2182-7141

DOI: <https://doi.org/10.21747/civitas/8a7>

**Abstract:** One of the most complex issues in St. Augustine's philosophical-religious doctrine is that of the relationship between human free will and divine grace / predestination. This problem has its main expression in the controversy with the Pelagians / semi-Pelagians, who, each in their own way, believed that there is an incompatibility between the two terms. They sought to annul one of the poles of the question, arguing that the human being is free. In addition, they state that original sin in no way damaged human free will, and that, consequently, the latter can achieve perfection / salvation by his own merits, without the help of divine grace. Augustine, on the contrary, says that with original sin the “first nature” of man was damaged. Thus, human being needs the help of divine grace to be able to perform good actions (merits), but Augustine claimed, there is no incompatibility there, conversely, for him, what the human being has lost was the full freedom he enjoyed before sin. Now human being has only free will that grace will restore, giving him back his full freedom. Likewise, he argues, predestination does not nullify free will, determining man's destiny. Thus, first, man is a being created by God for himself, with no determinants for evil, and, second, as much as damaged he may be, he keeps something of his first condition, even the tiniest one. Thus, human being is capable of saying no to God's call. These questions will reverberate in the philosophical-religious discourses about the problem in Modernity / Contemporaneity, mainly in Protestant circles, which have intertwined themselves, each in their own way, between the so-called incompatibilities and compatibilities. Both seeking to substantiate their positions, often in St. Augustine. Something that he would not always agree with. Here's what we'll look at in this paper.

**Keywords:** Augustine; Free will; Grace / Predestination; Compatibilism; Incompatibility; Modernity / Contemporary.

### **Introdução: contextualização/levantamento do problema**

O problema da relação entre o livre-arbítrio humano e a presciência/grça/predestinação repousa na questão da distinção entre o “querer” e o “poder” por parte da livre vontade humana, que, por sua vez, leva Agostinho a estabelecer uma diferença entre os conceitos de “livre-arbítrio humano” e “liberdade humana ou Adâmica”, e destas com a “verdadeira liberdade”, em Deus. Distinção esta que não havia no período de sua polêmica antimaniqueia, época em que escreveu os dois primeiros livros da obra *Sobre o Livre-arbítrio*, que ganha grande força na polêmica

com o pelagianismo/semipelagianismo, que acontecerá nos últimos anos de sua vida.

Baseado na supracitada distinção, temos, resumidamente, as seguintes posições:

Pelágio: o homem, mesmo depois da queda, pode não pecar, assim como poder pecar, ou basta querer que pode, de forma que o pecado original em nada afetou a sua liberdade, bem como não há necessidade da graça divina para querer e poder o bem.

Celestio (Semipelagiano): antes da queda o homem podia não pecar, assim como podia pecar, ou bastaria querer que podia (liberdade humana ou adâmica), mas com o pecado original perdeu o poder, ficando apenas com o querer (livre-arbítrio), que para poder precisa do auxílio da graça divina. Sem a ajuda da graça a livre vontade humana não pode não pecar. Em síntese: com o pecado original o homem perdeu o poder, mas ficou como querer (início da fé).

Frente a esta forma de “pelagianismo mitigado” dos semipelagianos, Agostinho, que antes já havia combatido o pelagianismo, além de reafirmar a tese central de que o homem não alcança a salvação por méritos próprios, que no processo de perfeição humana a graça divina atua não só sobre o poder, restaurando-o, mas também sobre o querer, radicalizava ainda mais suas posições iniciais ao dizer que, no processo de salvação, *Deus escolhe ou elege antecipadamente alguns que hão de se salvar*, dando-lhes a fé para querer o bem (início da fé) e a força necessária para poder realizar e/ou preservar na fé, de forma que ambos, o querer e o poder, são obras de Deus antes que méritos dos homens. Tese esta que seria reforçada pouco tempo depois em uma de suas últimas obras, a saber, o tratado *Sobre o Dom da Perseverança*, onde diz:

*Esta é a predestinação dos santos e não outra coisa, ou seja, a presciência de Deus e a preparação dos seus favores, com os quais alcançarão a libertação de todos aqueles que são libertos. Os demais, porém, por um justo juízo divino, são abandonados na massa de perdição, onde foram abandonados os tírios e os sidônios, os quais também poderiam crer, se tivessem presenciado os maravilhosos sinais de Cristo. Mas como não lhes foi dado crer, foi-lhes negada a motivação da fé [...] (De dono persev., XIV, 35 – destaque nosso).*



Ou seja, voltava à tona a mesma questão levantada cerca de vinte anos atrás por Simpliciano, Bispo de Milão, acerca das palavras do apóstolo Paulo na *Carta aos Romanos* (9-19), citando o *Livro dos Reis*, em que comenta os destinos diversos dos dois filhos gêmeos de Rebeca: Jacó e Esaú, tendo o primeiro sido escolhido e o segundo rejeitado por Deus, o que levou Agostinho, naquela ocasião, a escrever o tratado *Sobre Diversas Questões a Simpliciano*, que marcaria, por assim dizer, o início das atenções de Agostinho para os problemas envolvendo as questões do pecado original e da graça, dando ensejo a polêmica com os pelagianos/semipelagianos.

Assim como nas questões levantadas por Simpliciano, agora, na supracitada obra - *Sobre o Dom da Perseverança* - e no tratado o *Sobre a Predestinação dos Santos*, que foram as duas últimas obras de Agostinho, abria-se espaço para pelo menos duas ou três questões emblemáticas, a saber: 1. se tudo está determinado pela Vontade divina, há espaço para vontade humana? 2. no caso de predestinação, em que se justifica a Eleição [decreto] divina: na simples presciência das obras futuras (Eleição condicionada), ou, ao contrário, ela se dá independentemente de toda e qualquer ação humana (Eleição incondicional)? 3. nesta última hipótese, Deus é justo, principalmente para com os não eleitos?

Metodologicamente, poderíamos traçar aqui uma trajetória da argumentação que Agostino deu a esses problemas, mas optamos por um caminho inverso: apresentar suas posições a partir ou frente as interpretações que a elas deram os pensadores na Modernidade/Contemporaneidade, notadamente os protestantes, haja vista usarem em grande escala a “doutrina agostiniana” como fundamento de suas teses.

### **1. As duas grandes linhas de interpretações da questão na Modernidade/Contemporaneidade**

Na Modernidade/Contemporaneidade duas linhas de interpretações frente ao problema da relação entre o livre arbítrio

humano e a graça/predestinação ganharam força: a “predestinação condicionada” e a “predestinação incondicionada”.

### 1.1. “Predestinação incondicionada”

A primeira grande linha de interpretação ficou conhecida por “predestinação incondicionada”, cujos principais representantes são os chamados “predestinacionistas radicais compatibilistas”, partidários da chamada “doutrina da dupla predestinação”<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Na realidade, a “doutrina da dupla predestinação” teve início com Lúcido, no século V, passando por pensadores de peso como Gotescalco [Gottschalk] de Orbais (808-867), Thomas Bradwardine (1290-1349) e Gregório de Rimini (1300-1358), até atingir João Calvino, no início da Modernidade, o qual em suas *Institutas*, diz: «Chamamos de predestinação o eterno decreto de Deus, pelo qual houve por bem determinar o que acerca de cada homem quis o que acontecesse. Pois ele não quis criar a todos em igual condição; ao contrário, preordenou a uns a vida eterna; a outros, a condenação eterna. Portanto, como cada um foi criado para um ou outro *desses dois* destinos, assim dizemos que um foi predestinado ou para a vida, ou para a morte. Deus, porém, atesta esta *predestinação* não só em cada pessoa, mas também deu exemplo dela em toda a descendência de Abraão, da qual fizesse manifesto que está em seu arbítrio de que natureza seja a condição futura de cada nação» (Calvino, J., *As institutas ou tratados de religião cristã*, trad. de Olivetti, O., Cultura Cristã, São Paulo 2006, III, 21,5 – destaque nosso). E na obra *Breve Instrução Cristã*, diz: «A semente da Palavra de Deus acha raízes e frutifica unicamente naqueles em quem o Senhor, por sua eterna eleição, destinou para serem filhos e herdeiros do reino celestial. Para todos os demais, que que pelo mesmo conselho de Deus, antes da constituição mundo, foram reprovados, [...]» (Calvino, J., *Breve instrução cristã* – publicada em 1537, trad. de Daliela Raffo in *SoliDeoGloria* – Biblioteca Evangélica Virtual, 2008, p. 35). Bem como na obra *A Doutrina da Eleição*, encontramos diversas passagens em que defende a “predestinação incondicional supralapsária”, por exemplo, logo no primeiro tópico em que comentando as palavras do apóstolo Paulo (2Tim. 1:9-10), inicia dizendo: «se nós quisermos conhecer a livre misericórdia de nosso Deus em nos salvar, devemos nos achegar a Seu conselho eterno pelo qual Ele nos escolheu antes da fundação do mundo. Pois aqui podemos ver que Ele não tinha nenhuma estima às nossas pessoas, nem à nossa dignidade, nem a quaisquer méritos que poderiam haver em nós. Antes de nascermos, estávamos inscritos em Seu registro; Ele já havia nos adotado por Seus filhos» (Calvino, *A doutrina da eleição*, trad. de Teixeira, W., O Estandarte de Cristo, São Paulo 2018, p. 5).

supralapsária”<sup>3</sup>, como ficou conhecida mais tarde: uma, “positiva”, referente aos “eleitos” que alcançarão, necessariamente, a salvação eterna, e outra, a “negativa”, dos reprovados ou predestinados ao suplício eterno, a qual tanto quanto no caso dos escolhidos, é obra deliberada da vontade de Deus.

O que para os críticos desta teoria, esta entra em contradição com o conceito de Deus, como Sumo bem, que aqui apresenta-se como um Deus perverso, que deliberadamente escolhe alguns para o inferno, o que para comentadora Eva Michel

constitui uma afronta para o nosso sentido (moderno) de justiça. Para não falar do facto de que esta conclusão parece contradizer, diametralmente, a pregação e a vida de Jesus que, de acordo com os evangelhos do Novo Testamento, nunca limitou o seu convite a apenas alguns (Ibid., 2017, p. 64-65).

Daí concluir, mais adiante, dizendo que “o ‘caráter duplo’ da predestinação é, sem dúvida, o aspecto que mais destoa com a nossa sensibilidade e o que há de mais difícil de aceitar para ‘cristãos esclarecidos’ do século XI” (Ibid., p. 67).

O certo é que na “doutrina da dupla predestinação” o pecado faz parte da natureza dos condenados, levando ao entendimento de que Adão pecou necessariamente, seguindo os desígnios para os quais fora escolhido, caindo-se assim num “quase maniqueísmo”: de que há uma natureza ontologicamente má, conforme vemos num

<sup>3</sup> Segundo João Alves dos Santos, «o nome deriva-se da palavra *lapsus*, que quer dizer ‘queda’. Assim, a queda do homem é o fator decisivo nessa discussão. Dentre outras menos comuns, duas posições são as que dominam o campo da discussão entre os calvinistas, as quais levam o nome de supralapsarianismo e infralapsarianismo [...]. Esses prefixos também são latinos e significam ‘acima’ ou ‘anterior’ (*supra*) e ‘abaixo’ ou ‘posterior’ (*sub* ou *infra*). O supralapsarianismo coloca tanto o decreto da eleição para a vida como o da reprovação ou predestinação para a morte como ocupando lugar antes do decreto da queda (daí o nome supralapsarianismo), ao passo que o infralapsarianismo coloca o lugar de ambas depois do decreto da queda, em ordem ou sequência histórica, por isso é chamado de infra ou sublapsarianismo» (Santos, J.A. dos, «Calvino e o lapsarianismo: uma avaliação de como Calvino pode ser lido à luz da discussão supra e infralapsariana», *Fides Reformata*, XXII-2 (2017) 118).

pequeno trecho das *Institutas* de Calvino, em que para executar esta vontade absoluta, Deus não somente permitiu mas quis e fez com que acontecesse a queda de Adão:

Mais uma vez pergunto: de que modo aconteceu que a queda de Adão envolveu irremediavelmente tantos povos, juntamente com a sua descendência infantil, na morte eterna, a menos que isso agradasse a Deus? O decreto é terrível, confesso. Contudo, ninguém pode negar que Deus conheceu de antemão o fim que o homem deveria ter antes de o ter criado e, conseqüentemente, conheceu de antemão porque assim ordenou por seu decreto. E não deveria me parecer absurdo dizer que Deus *não só previu a queda do primeiro homem, e nele a ruína de seus descendentes, mas também o cumpriu [fez com que ocorresse] de acordo com sua própria decisão [...]*. Logo, o primeiro homem caiu porque o Senhor julgou conveniente que ele caísse [fez com que caísse]» (Calvino, *Institutas*, III, XXIII, 7,8 – destaque nosso)<sup>4</sup>.

Daí ressaltar Ebenezer Oliveira, que «é inegável, pois, que Calvino advogava que até os pecados acontecem por decretos propositais de Deus, uma vez que, para ele, a morte espiritual e eterna de um ser homem acontece pelo plano e vontade divina»<sup>5</sup>.

Neste caso, tendo o pecado de Adão manchado todos os seus descendentes, transformando-os em “massa de perdição”, inclusive os “eleitos”, mas, tendo Deus escolhido antecipadamente alguns para salvação, a estes seria dado os meios (graça eficaz ou irresistível<sup>6</sup>) capaz de resgatá-los do meio da “massa de condenados”, de restaurar sua liberdade decaída, rumo à salvação, ficando os demais

<sup>4</sup> O que logo adiante, entrando em contradição que havia dito anteriormente, diz que «o homem cai conforme a providência de Deus ordena, *mas cai por sua própria culpa* [...]. Pois, ainda que, pela providência eterna de Deus, o homem tenha sido criado para sofrer aquela calamidade à qual está sujeito, ainda toma sua ocasião do próprio homem, não de Deus, pois a única razão para sua ruína é que ele degenerou da criação pura de Deus, em perversidade viciosa e impura» (Calvino, *Institutas*, III, XXIII, 8,9 – destaque nosso). Afinal, ele caiu por cumprir um ato determinístico ou por livre vontade?

<sup>5</sup> Oliveira, E., *A doutrina da predestinação em Calvino e o caráter moral de Deus*, Bereia, Recife 2016, p. 35.

<sup>6</sup> Sobre o conceito de “graça irresistível” trataremos mais adiante.

condenados ou relegados ao infortúnio, visto possuírem tão somente um livre arbítrio totalmente corrompido (depravação total<sup>7</sup>).

Daí defenderem, ademais, que a vinda do Cristo redentor estaria destinada, única e exclusivamente, aos “eleitos” desde a eternidade, a chamada “expição limitada”<sup>8</sup>, a qual, diante da pergunta “Por quem Cristo morreu?”<sup>9</sup>, dizer Louis Berkhof que, para os reformadores, «Cristo morreu com o propósito de real e seguramente salvar os eleitos, e somente os eleitos» (Berkhof, L., *Teologia sistemática*, Luz para o Caminho, Campinas 1996, p. 395)<sup>10</sup>, o que é uma contradição, visto que se estes já estavam “predestinados à salvação” haveriam de se salvar, necessariamente, com Cristo ou sem Cristo, senão o decreto de Deus não tem tal poder.

Neste caso, se Cristo não veio, também, para salvar os pecadores, veio fazer o que? salvar quem? Pois, os eleitos já estavam salvos previamente e os demais (são eleitos) não tem mais jeito pois também já foram previamente condenados ao inferno. Logo as palavras de Cristo: «*Eu vim para que todos tenham vida, e vida em abundância*» (Jo. 10, 10 – destaque nosso) só pode ser para todos,

<sup>7</sup> Sobre o conceito de “depravação total” trataremos mais adiante.

<sup>8</sup> Teologicamente falando, a tese da “expição limitada”, que é o 3º ponto da “Tulip calvinista reformada”, está fundamenta na interpretação das seguintes passagens bíblicas: Jo 17:6,9,10; At 20:28; Ef 5:15; Tt 3:5.

<sup>9</sup> Inclusive, este é o título de um livro polêmico em defesa da chamada “expição limitada”, escrito por John Owen, cuja segunda edição/tradução brasileira é de 1996.

<sup>10</sup> Esta é, inclusive, a posição da doutrina reformada que tem a sua síntese nas teses calvinistas confirmadas na *Confissão de Fé de Westminster*, que assim diz: «O senhor Jesus mesmo, pela sua perfeita obediência e pelo sacrifício de si mesmo, sacrifício que, pelo Espírito Santo, ele ofereceu a Deus uma só vez, satisfizes plenamente à justiça de seu Pai, e, para todos aqueles que o Pai lhe deu, adquiriu são só a reconciliação, como também uma herança perdurável no Reino dos Céus» (*Confissão de Fé de Westminster*, Editora Cultura Cristã, São Paulo 1991, VIII, 5). Tese esta confirma e incluída nos famosos “Cinco pontos do Calvinismo”, elaborado no Sínodo de Dort, em 1619, no que a Morte de Cristo foi destinada «todos aqueles, e unicamente aqueles, que desde a eternidade foram escolhidos para salvação, e que lhe foram dados pelo Pai» ([s.d.], II, 8).

incluindo aí os eleitos, mas principalmente para aqueles que foram “condenados” em Adão, conforme diz um dos maiores agostinólogos do século passado, o teólogo Agostinho Trapè, fundador do *Institutum Patristicum Augustinianum, de Roma*:

A redenção é universal, isto é, realizada por Cristo em favor de todos os homens, também daqueles que perecem, também de Judas [...]. A universalidade da redenção é repetidamente afirmada ao longo de toda a controvérsia pelagiana como argumento incontestável da universalidade da queda. A esse aberto universalismo deve referir-se quem não quer interpretar erroneamente os textos agostinianos que dão um significado restritivo à conhecida passagem de São Paulo (1Tm 2,4) sobre a vontade salvífica universal<sup>11</sup>.

Esta é a posição que se aproxima de alguns calvinistas menos radicais, a exemplo de Augustus Strong, o qual diz que «Calvino, conquanto na primeira obra, *Instituição Cristã*, evita informações definidas sobre a sua posição a respeito da extensão da obra expiatória, contudo nas suas últimas, os *Comentários*, admite a teoria da expição universal»<sup>12</sup> (destaque nosso). Outro defensor da “expição universal” é R. T. Kendall, o qual ao comparar Armínio e Calvino, diz que ambos «têm em comum a crença de que Cristo morreu por todos»<sup>13</sup>. Bem como, Olson Roger, o qual ao questionar se Calvino concordaria com os chamados “cinco pontos do calvinismo”<sup>14</sup>, escritos cinquenta anos depois de sua morte, no Sínodo de Dort, a partir das ideias do sucessor de Calvino em

<sup>11</sup> Trapè, A., *Agostinho: o homem, o pastor, o místico*, trad. de Marcos, F.E. e Costa, M.R.N., Cultor de Livros, São Paulo, p. 306.

<sup>12</sup> Strong, A.H., *Teologia sistemática*, v. 2., Editora Hagnos, São Paulo 2003, v. 3, p. 470.

<sup>13</sup> Kendall, R.T., «A modificação puritana da teologia de Calvino», in *Calvino e sua influência no mundo ocidental*, trad. de Kepler, V.L.L., Casa Editora Presbiteriana, São Paulo 1990, p. 32.

<sup>14</sup> Esses “cinco pontos do calvinismo” ficaram conhecidos pelo nome de “Tulip calvinista reformada”, a saber: depravação total, eleição incondicional, expiação limitada, graça irresistível e a perseverança dos santos.

Genebra, Teodoro Beza, diz que este, «assim como a maioria dos calvinistas, também deduziu a doutrina da expiação limitada – de que Cristo morreu somente pelos eleitos e não pelos réprobos – a partir da doutrina da providência e dos decretos da eleição divinos. Essa dedução, embora lógica, não se encontra em Calvino»<sup>15</sup>.

Entretanto, vale salientar, em primeiro lugar, ainda não se trata da chamada “predestinação universalista”, que é uma terceira posição, também radical, contra a ideia da “dupla predestinação”, *segundo a qual Deus predestinou, desde a eternidade, todos à salvação*, e assim, de uma forma ou de outra, todos haverão de se salvar, inclusive o Satanás.

Em segundo lugar, os supracitados autores formam apenas uma linha de interpretação moderada do calvinismo, que é contestada pelo chamado “hiper-calvinismo”, para quem, diz Leandro Antônio de Lima, antes de mais nada, “a primeira coisa que é preciso demonstrar é que, no entendimento de Calvino, Cristo através de sua morte buscou uma remissão eficaz dos pecados dos eleitos, e, dessa forma, ele somente poderia ter morrido pelos eleitos” (2018, p. 7). E mais adiante, fazendo uma íntima relação entre eleição e expiação, ao interpretar uma passagem de Calvino que, por sua vez, ao comentar o apóstolo João diz que “o ofício de Cristo não é outro que o de *reunir juntos todos os filhos de Deus*’ por sua morte”, deduz que o “*todos os filhos de Deus*” ali exposto não significa um todo universal - todos os homens (humanidade), mas um todo limitado – ou seja, “*tão somente todos os eleitos*”, o que traz em si um problema teológico, pois se a Bíblia diz que o mundo tem um único princípio ontológico – Deus, que criou todas as coisas do nada, como os demais homens, os não eleitos, não seriam filhos de Deus? A não ser que creiamos em alguma forma de dualismo ontológico, como, por exemplo, nos maniqueus, para quem desde a eternidade há dois princípios originários: um, o Príncipe da Luz, de onde emana tudo que há de bom no mundo, e outro, o Príncipe das Trevas, origem de tudo que há de mal no mundo. Mas

<sup>15</sup> Olson, R.E., *História da teologia cristã: 2000 anos de tradição e reforma*, trad. de Chown, G., Vida, São Paulo 2001, p. 468.

a Bíblia não fala de dualismo, e sim de um único princípio - Deus (monismo), de onde tudo deriva, de forma que tudo que existe não pode ser senão o bem, principalmente o homem, que foi feito a sua imagem e semelhança, e não só este ou aquele, mas “o homem” no sentido universal de humanidade. Logo, se conclui: se os não eleitos não são filhos de Deus, de quem são filhos afinal? Do Satanás não é, pois este não tem o poder de criar, já foi criado por Deus, que o fez bom, mas tornou-se mau por livre vontade.

Há ainda uma terceira via de interpretação que busca conciliar as duas posições anteriores, na qual, diante da pergunta “quem são os eleitos a quem Cristo veio salvar?”, busca uma saída pela “eficácia” da graça, pelos resultados obtidos mediante os ensinamentos de Cristo no mundo (evangelismo), cujos sinais evidenciam os que foram eleitos. É o caso, por exemplo, do que defende a chamada “teologia da prosperidade”, para quem riqueza, sucesso, etc. são sinais de “benção”, de que foi escolhido. E aí, como Deus não deixou uma lista (em ordem alfabética) dos que foram eleitos a salvação, o Evangelho (Cristo) veio ou deve ser anunciado a “todos” no sentido amplo da palavra, mas só terá efeito ou eficácia para os eleitos previamente desde a eternidade. Ou seja, devemos bater na porta de todo mundo pregando o Evangelho, pois não sabemos se ele é ou não um dos escolhidos, vai que é? Mas só o tempo, através dos sinais positivos, dirá se ele é ou não.

Esta teoria está assentada numa passagem vaga de Calvino, que em sua obra *A Doutrina da Eleição* diz:

O Evangelho é pregado a um grande número de pessoas, as quais, não obstante, são reprovadas; sim, e Deus desnuda e mostra que Ele lhes amaldiçoou, que eles não têm parte nem porção em Seu reino, pois eles resistem ao Evangelho, e rejeitaram a graça que lhes é oferecida. Mas quando recebemos a doutrina de Deus, com obediência e fé, e descansamos em Suas promessas, e aceitamos a oferta que Ele nos faz de nos tornar Seus filhos, isso, eu digo, é uma certeza de nossa eleição. (Calvino, *A doutrina da eleição*, p. 8 – destaque nosso).

Como anunciamos acima a passagem é vaga porque coloca como critérios (sinais) da certeza de ter sido ou não escolhido,



respectivamente, a resistência/rejeição e a aceitação do Evangelho, o que é muito subjetivo e incerto pois coloca-se o critério nas mãos de quem se autoproclama eleito, que diz que a prova que ele é um eleito é que ele aceitou ser eleito, e pode fazer isto de forma dissimulada ou hipócrita, e não há como descobrir isto pois por sua prática religiosa aparente sinais de verdadeira fé, mas no coração não, e no coração ninguém entre, a não Deus.

Por isso o próprio Calvino, mais adiante, ante a pergunta: “Como podemos saber disso?” diz que «não devemos duvidar que Deus tem registrado os nossos nomes, antes que o mundo fosse feito, entre seus filhos escolhidos, *porém o conhecimento certo disso Ele reservou para Si mesmo*»<sup>16</sup>

Por outra, a supracitada passagem é mais um argumento contra a tese da “depravação total”, pois se ele diz que as pessoas resistem/rejeitam ou aceitam a pregação do Evangelho é sinal de que possuem vontade, pois não se pode rejeitar e/ou aceitar algo sem querer, pois, mesmo para não querer algo é preciso querer não querer.

Além do mais, a ideia de uma “expição limitada”, principalmente quando associada a doutrina da “dupla predestinação”, em que os “eleitos à salvação” são também aqueles para quem Cristo veio, é uma tese perigosíssima do ponto de vista prático/político, pois, por não deixar claro concretamente que são os “eleitos”, ao longo dos séculos, muitos grupos religiosos e/ou políticos se autoproclamarem os escolhidos (os santos ou salvos), e disseminarem a segregação político-religiosa-social dos demais. Isso assistimos desde os primeiros séculos a Era cristã até os dias atuais, quando, por exemplo, na Idade Média, em nome da máxima de São Cipriano “Fora de Igreja não há Salvação”, muitos grupos católicos chegaram ao extremo de promover até Guerra Santa para extermínio dos não católicos (ou não salvos). E na Modernidade e Contemporaneidade, muitos grupos se autoproclamam os escolhidos e em nome disse fazem de suas denominações religiosas

<sup>16</sup> Calvino, *A doutrina da eleição*, p. 9 (destaque nosso).

(suas Igrejinhas) o único lugar de salvação, e assim continuam fazendo loucuras.

Por isso, frente aqueles que se autoproclamam “eleitos”, e transformam suas Igrejinhas em a Igreja dos Santos, preferimos as palavras de nosso bondoso Agostinho, que em resposta aos puritanos radicais de seu tempo (os donatistas), diz não acreditar em uma Igreja (ou qualquer grupo político-religioso) só de santos, ou só de pecadores. Para ele a Igreja (e as demais Instituições humanas) é composta de santos e pecadores, e mais do que isto, não é a pertença a essa ou aquela Instituição religiosa (Igreja visível) que garante a salvação, chegando a admitir a presença de cristãos, ou de salvação, entre os ímpios, ou seja, “fora da Igreja visível”, pregando para com esses uma atitude de benevolência. Assim, no Livro I do tratado *Sobre a Cidade de Deus*, em capítulo intitulado: “Filhos da Igreja que há encobertos entre os ímpios e falsos cristãos existentes na Igreja”, diz:

*Lembre-se, todavia, de que seus próprios inimigos em suas fileiras têm latentes vários de nossos futuros concidadãos, para não julgar estéril, quanto a eles, a paciência de os suportar como inimigos, à espera da ventura de recebê-los como confessores. Lembre-se, também, de que, enquanto nesse mundo peregrina, vários que lhe estão unidos pela comunhão dos sacramentos não estarão associados à sua glória na eterna felicidade dos santos [...]. Com efeito, ambas as Cidades enlaçam-se e se confundem no século até que o juízo final as separe (De civ. Dei, I, 35. Destaque nosso).*

Mas este é um assunto muito amplo e polêmico para discutirmos aqui, cabendo mais um trabalho específico sobre ele em outra oportunidade.

## 1.2. “Predestinação condicionada”

Uma segunda linha de interpretação ficaria conhecida na Modernidade/Contemporaneidade pelo nome de “predestinação condicionada”, defendida pelos chamados “predestinacionistas

moderados ou compatibilistas”<sup>17</sup>, os quais estabelecem uma estreita relação entre a predestinação e a presciência divina, ao defender que Deus predestinou à salvação todos aqueles a quem previu de antemão que se fariam dignos ou merecedores de sua eleição, de forma que quem salva é Deus, mas a partir de um prévio conhecimento (da presciência) de um merecimento futuro - post praevisa merita. Mais do que isto, que a eleição, positiva ou negativa, se dá em função dos méritos ou deméritos, respectivamente, ocorridos a partir da queda Adão. Posição esta que ficaria conhecida na Modernidade pelo nome de “eleição pós-adâmica ou infralapsária”, conforme esclarece José Aracelio Cardona:

A ‘predestinação condicionada’ descansa na presciência de Deus. Reza da seguinte maneira: Deus sabe e conhece todas as causas antes que o mundo fosse [...]. Como Deus sabe de antemão que um grupo dos perdidos haverão de se converter, a estes predestina para a salvação. Mas também sabe que há outros, que exercendo suas capacidades livremente não se converterão, estes são condenados pela eternidade<sup>18</sup>.

<sup>17</sup> Termo associado geralmente aos ramos do protestantismo histórico menos ortodoxos, ou dissidentes dos “Reformados”, daí serem chamados de “Não Reformados”, dentre eles o arminianismo, principalmente a sua ala mais moderada, visto que os mais radicais chegam a ser chamados de “libertaristas”. O arminianismo, por sua vez, como o termo indica, está ligado ao nome de Jacob Armínio, que é a versão latinizada de Jacob Harmesnz (1560-1609), o qual, segundo Arthur Monteiro e Luiz de Barros, «é lembrado como um controverso teólogo holandês que fundamentou sua obra no “sinergismo”, que é um entendimento evangélico em que há cooperação humana para a salvação e contrapõe ao “monergismo”, crença adotada por Calvino, entre outros, e defende o entendimento que Deus é soberano para a salvação e que a ação humana não pode interferir neste projeto» (Monteiro, A.; Barros, L.M. de, *As diferenças doutrinárias entre o calvinismo e arminianismo e seus reflexos na atualidade*, FUNVIC, Pindamonhangaba 2016, p. 15).

<sup>18</sup> Cardona, J.A., «La doctrina de salvación de san Agustín», *Revista El Boletín*, XVIII – 2 (1963) p. Além dessas duas linhas de interpretação, temos uma terceira, que mais tarde ficou conhecida por “predestinação universalista”, segundo a qual Deus predestinou desde a eternidade todos à salvação, e assim, de uma forma ou de outra, todos haverão de se salvar, inclusive o Satanás. Mas desta não iremos

moderados ou compatibilistas”<sup>17</sup>, os quais estabelecem uma estreita relação entre a predestinação e a presciência divina, ao defender que Deus predestinou à salvação todos aqueles a quem previu de antemão que se fariam dignos ou merecedores de sua eleição, de forma que quem salva é Deus, mas a partir de um prévio conhecimento (da presciência) de um merecimento futuro - post praevisa merita. Mais do que isto, que a eleição, positiva ou negativa, se dá em função dos méritos ou deméritos, respectivamente, ocorridos a partir da queda Adão. Posição esta que ficaria conhecida na Modernidade pelo nome de “eleição pós-adâmica ou infralapsária”, conforme esclarece José Aracelio Cardona:

A ‘predestinação condicionada’ descansa na presciência de Deus. Reza da seguinte maneira: Deus sabe e conhece todas as causas antes que o mundo fosse [...]. Como Deus sabe de antemão que um grupo dos perdidos haverá de se converter, a estes predestina para a salvação. Mas também sabe que há outros, que exercendo suas capacidades livremente não se converterão, estes são condenados pela eternidade<sup>18</sup>.

<sup>17</sup> Termo associado geralmente aos ramos do protestantismo histórico menos ortodoxos, ou dissidentes dos “Reformados”, daí serem chamados de “Não Reformados”, dentre eles o arminianismo, principalmente a sua ala mais moderada, visto que os mais radicais chegam a ser chamados de “libertaristas”. O arminianismo, por sua vez, como o termo indica, está ligado ao nome de Jacob Armínio, que é a versão latinizada de Jacob Harmesnz (1560-1609), o qual, segundo Arthur Monteiro e Luiz de Barros, «é lembrado como um controverso teólogo holandês que fundamentou sua obra no “sinergismo”, que é um entendimento evangélico em que há cooperação humana para a salvação e contrapõe ao “monergismo”, crença adotada por Calvino, entre outros, e defende o entendimento que Deus é soberano para a salvação e que a ação humana não pode interferir neste projeto» (Monteiro, A.; Barros, L.M. de, *As diferenças doutrinárias entre o calvinismo e arminianismo e seus reflexos na atualidade*, FUNVIC, Pindamonhangaba 2016, p. 15).

<sup>18</sup> Cardona, J.A., «La doctrina de salvación de san Agustín», *Revista El Boletín*, XVIII – 2 (1963) p. Além dessas duas linhas de interpretação, temos uma terceira, que mais tarde ficou conhecida por “predestinação universalista”, segundo a qual Deus predestinou desde a eternidade todos à salvação, e assim, de uma forma ou de outra, todos haverão de se salvar, inclusive o Satanás. Mas desta não iremos

## 2. Agostinho frente as duas supracitadas linhas de interpretações da questão na modernidade/contemporaneidade

Ao nosso ver, nenhuma das duas referidas linhas de interpretações - quando tratadas isoladamente, conseguem dar conta da totalidade do pensamento agostiniano, restringindo ou centrando, e às vezes radicalizando, cada uma a seu modo, suas respostas em apenas um dos aspectos da questão: ou na graça, ou nos méritos. Acreditamos que uma resposta mais adequada deva contemplar ao mesmo tempo as duas supracitadas propostas de interpretações.

Na nossa proposta de interpretação, devemos começar por diferenciar duas realidades ou dois tipos de homens, aos quais se aplicam de forma diferenciadas os conceitos de graça/predestinação: o homem antes e o depois da queda de Adão.

No primeiro caso, pelo que defende Agostinho em sua interpretação à “teoria bíblica da criação *ex nihilo*”, quando Deus fez o homem (humanidade), na pessoa de Adão, o fez bom, pois Deus não poderia fazer senão o bem. Mais do que isto, o criou à sua imagem e semelhança, com liberdade. Logo, *pelo princípio da natureza humana criada por Deus, não há espaço para se falar de determinismo algum no homem*,<sup>2</sup> seja no sentido maniqueísta, o qual, no tocante ao problema do mal, dizia que todos trazem o mal incrustado na natureza, seja como pregam mais tarde os defensores da chamada “dupla predestinação incondicionada”, principalmente em relação à chamada “eleição negativa”; de que Deus fez alguns predestinados desde a eternidade à perdição. Pelo contrário, ontologicamente falando, o homem é um ser para Deus, de forma que, a princípio, todos foram chamados, todos receberam a “graça criadora, ou genérica, ou natural, ou inicial”, a qual, inclusive, era a única que Pelágio admitia.

Já quanto ao homem depois da queda de Adão, temos uma realidade totalmente diferenciada. Com o pecado original e sua transmissão a toda humanidade, todos os homens perdem sua

tratar aqui uma vez que não tem nenhuma relação ou fundamentação em Agostinho.

condição primeira de vocacionados para Deus e passaram a formar a chamada “massa de perdição”, inclusive os predestinados, que mesmo eleitos previamente caíram em Adão e precisam da “graça eficaz ou irresistível” para se preservarem na fé e aí cumprirem inexoravelmente o destino ao qual estão submetidos, conforme falaremos mais adiante. O que significa dizer que o homem (a humanidade), depois de Adão, passou a ter uma inclinação natural para o mal, não no sentido de que tenha sido criado como tal, ou predestinado para tal, mas encontra-se em estado de “ignorância/deficiência” por culpa da vontade perversa do primeiro homem. Daí a necessidade de uma segunda “graça sanante, ou libertadora, redentora”, capaz de restaurar ou trazer de volta o homem à sua condição primeira.

### 2.1. Possibilidades de salvação/reprovação em Agostinho

A partir destas primícias, Agostinho apresenta três situações/soluções para o homem imerso na chamada “massa de perdição” (condição infralapsária), ou seja, para o homem pós Adão:

Primeiro, sabendo de antemão [presciência] que todos os homens haveriam de se tornarem pecadores em Adão, Deus, por razões ocultas, resolveu escolher antecipadamente alguns dentre os que cairiam na “massa de perdição”, dando-lhes gratuitamente uma graça especial, tão atraente ou irresistível (daí receber o nome na Modernidade de “graça irresistível ou eficaz”) que estes não poderão resistir, a qual os tornam capazes de se (re)iniciarem e preservarem na fé, e assim alcançarem “infalivelmente”, a salvação. *Estes são os únicos ou verdadeiramente predestinados para Agostinho, ou a predestinação propriamente dita, pela qual Deus escolhe e conduz infalivelmente à salvação os eleitos dentre a “massa de perdição”*. E esta é a graça especial (que mais tarde os “predestinacionistas modernos vão chamar de eficaz ou irresistível) de que fala Agostinho em sua *Epístola a Bonifácio*, onde diz:

Sabemos que a graça especial de Deus não é dada a todos os homens; e àqueles a quem é dada, não é feito segundo os méritos das obras, nem segundo os méritos da vontade, mas por graciosa benevolência; àqueles a quem não é dada, sabemos que não é dada pelo justo juízo de Deus (Ep. 186, 4).

Neste caso, trata-se de uma predestinação incondicionada, pois não está centrada na presciência de nenhum mérito futuro por parte dos homens, antes pelo contrário, estes terão méritos porque receberam uma “graça especial” para tal. Ou seja, mesmo estabelecendo uma relação entre predestinação e presciência, na realidade, «o termo *presciência* não expressa à previsão divina dos méritos dos eleitos, senão a preparação dos benefícios (*beneficiorum*), pelos quais os eleitos serão salvos de fato, na ordem da execução»<sup>19</sup>, conforme vemos nas palavras do próprio Agostinho, no tratado *Sobre a Predestinação dos Santos*: «Por sua predestinação, Deus previu o que Ele teria de fazer para conduzir infalivelmente os seus eleitos a vida eterna» (*De praedest. sanct.*, X. 19). Daí, derivar a única e genuína definição agostiniana de predestinação, expressa na última de suas obras, o tratado *Sobre os Dons da Perseverança*: «Esta é a predestinação e não outra coisa, ou seja, a presciência de Deus e a preparação dos benefícios pelos quais alcançarão necessariamente a salvação todos aqueles que serão salvos» (*De dono perserv.*, XIV, 35).

Claro que, defendemos, mesmo neste caso da “graça especial - irresistível”, ainda resta uma parcela de participação do homem no processo de salvação, por pequena que seja, uma vez que, tendo livre arbítrio, o homem ainda poderá não aceitar, conforme diz John S. Feinberg *et al*, comentado o 4º ponto da “Tulip calvinista”:

4. Graça irresistível, ou infalível. Embora os homens possam resistir à graça de Deus, ela é, todavia, infalível: acaba convencendo o pecador de seu estado depravado, convertendo-o, dando-lhe nova vida, e santificando-o. O Espírito Santo realiza isto sem coação. É como o rapaz apaixonado que

<sup>19</sup> Garrigou-Lagrange, R.M., *La predestinación de los santos y la gracia: doctrina de Santo Tomás comparada con los otros sistemas teológicos*, trad. de Aguero, B. y Arguello, M., Ediciones Desclée, de Brouwer, Buenos Aires 1946, p. 59.

ganha o amor de sua eleita, e ela acaba casando-se com ele, livremente. Deus age e o crente reage, livremente. Quem se perde tem consciência de que está livremente rejeitando a salvação. Alguns escarnecem de Deus, outros se enfurecem, outros adiam a decisão, outros demonstram total indiferença para com as coisas sagradas. Todos, porém, agem livremente<sup>20</sup>.

Em segundo lugar, sabendo de antemão também que os demais homens, não escolhidos previamente à salvação, mesmo tendo sido imersos na “massa de perdição” pelo pecado de Adão, mas por trazerem em si a marca ontológica do primeiro chamado, de serem criados para Deus, a qual foi danificada mas não apagada totalmente, e que, portanto, bastaria uma ajuda ou auxílio para recuperar esta condição primeiro, Deus dar-lhes uma segunda chance, fazendo-se presente na história, de diversas formas e através de diversos sinais, confirme vimos no tópico anterior, para trazer-lhes de volta ao seu plano maior de que o homem (humanidade) é um ser para Deus. É a chamada “mão de Deus” ou “graça operante”, ou providência divina, agindo na história, auxiliando os homens para que recuperem a liberdade perdida em Adão. Estes, poderão responder positivamente aos segundo chamado, convertendo-se, e alcançarem a salvação. Trata-se de uma salvação condicionada aos méritos, porém não por méritos totalmente próprios, como queriam os pelagianos, mas mediante a graça divina.

Mas, em terceiro lugar, sabendo de antemão também que outros não responderiam positivamente ao seu segundo chamado (incluindo aí Cristo), preferindo continuar na “massa de perdição”, Deus, permite que assim seja. Mas, adverte Agostinho, não se trata de um decreto para perdição, mas de uma condição infralapsária, ou melhor, de uma situação de condenação à perdição em Adão, que manchou todos os seus descendentes. Bem como, não se trata de uma defesa de uma “expição limitada”, em que Cristo veio apenas para os eleitos à salvação, como querem os defensores da “dupla predestinação incondicionada supralapsariana”. Afinal, os condenados em Adão, tanto quanto os “predestinados à salvação”,

<sup>20</sup> Feinberg, J.S. *et al.*, *Predestinação e livre-arbítrio*, 3 ed., trad. de Ramos, O., Mundo Cristão, São Paulo 2000, p. 8.



foram criados por Deus com a “graça criadora, ou genérica, ou natural, ou inicial” e fazem parte do projeto redentor de Deus, caso contrário não teria sentido as palavras de Cristo: «Eu vim para que todos tenham vida, e vida em abundância» (Jo. 10, 10). Logo, para Agostinho, a rigor não há predestinados para o inferno. Existe sim uma “massa de perdição” lançada em direção a ele, de forma que quem para ele for, será, ou por participar coletivamente do pecado original (mal de pena) e/ou por livre vontade individual (mal de culpa), conforme já vimos em passagem anteriormente citada (cf. *De nat. et. grat.*, III, 3) e não pela vontade de Deus, como defende Calvino, na Modernidade:

Não podemos atribuir nenhuma explicação pela qual ele concede misericórdia ao seu povo, senão que o faz como lhe agrada; também não temos nenhuma explicação pela qual ele reprova os outros, senão que o faz pela sua vontade [...]. Portanto, aqueles a quem Deus salta por cima [não escolhendo], Ele condena; E isso ele não faz por outra razão senão que Ele quer excluí-los da herança que predestina para seus próprios filhos. [...] portanto, se alguém pergunta por que Deus assim fez, devemos responder: porque ele o quis (Calvino, *Institutas*, III, XXII, 11- XXIII,1 – destaque nosso).

E como se não bastasse, um pouco mais adiante apresenta um Deus não só perverso, mas sádico, que tem prazer em ver a destruição daqueles que condenou, ao dizer que «[...] nascem os indivíduos, que estão condenados desde o ventre à morte certa, e devem glorificá-lo através da destruição deles» (Ibid., III, XVIII, 6).

No caso de Agostinho, ao contrário, admite-se uma seleção por méritos, ou melhor, por deméritos (condicionada), «pois - diz Réginald Garrigou-Lagrange - Deus não pode querer infligir a pena da condenação senão por uma falta»<sup>21</sup>. Isto vemos no próprio Agostinho ao chamar a atenção do bispo pelagiano Juliano, de que o desígnio divino pode ser imperscrutável, mas não injusto: «Deus é bom, Deus é justo. Porque é bom, pode salvar qualquer um sem méritos; porque é justo, não pode condenar alguém sem deméritos»

<sup>21</sup> Garrigou-Lagrange, R.M., *La predestinación de los santos y la gracia: doctrina de Santo Tomás comparada con los otros sistemas teológicos*, p. 249.

(Contra Jul., III,18,35), logo, nem a graça de Deus pode ser injusta, nem sua justiça cruel.

E aqui temos o principal ponto de divergência entre Agostinho e o “predestinacionismo incondicional supralapsariano”, a exemplo de Calvino, na Modernidade, o qual, nas *Institutas*, a partir Livro III, intensifica suas investidas em favor desta tese, principalmente no cap. 21, onde, de cara, começa dizendo que

é notório que pelo arbítrio de Deus suceder que a salvação é oferecida gratuitamente a uns, enquanto que outros são impedidos de seu acesso, aqui prontamente emergem grandes e árduas questões, as quais não podem ser explicadas de outra forma, se as mentes pias têm *por* definido o que se impõe manter a respeito de eleição e predestinação. Questão assaz intrincada, como parece a muitos, porquanto pensam não ser de modo algum coerente que da multidão comum dos homens uns sejam predestinados à salvação, outros à perdição» (Calvino, *Institutas*, III, XXI, 1).

Voltando-se a Agostinho, por este admitir que alguns poderão ir para o inferno, ainda que voluntariamente, fica ainda a interrogação: se Deus na sua divina presciência sabendo de antemão dentre a “massa de perdição” alguns não haveriam de responder positivamente aos seus dois primeiros chamados - “graça natural” e “graça sanativa ou redentora” -, por que não usou de sua misericórdia e estendeu a todos a sua terceira e eficaz “graça irresistível”, para que todos se salvassem necessariamente, já que no projeto inicial todos foram feitos para santidade? Não estaria Deus sendo injusto ao conceder tão sublime dom apenas a um grupo restrito, ou pelo menos omissos para com os demais?

Agostinho diz que é possível se falar ou demonstrar com argumentos humanos a favor de uma Justiça divina, visto que, por mais ofuscada que esteja a alma humana, por conta do pecado original, esta, ainda guarda dentro de si reflexos da Justiça divina (*Imago Dei*), de forma que «quem não vê que não se pode acusar de injusto ao que exige o que lhe é devido, nem ao que perdoa à dívida; e isso não depende do devedor, senão do credor?» (*Ibid.*), logo, não se pode acusar a Deus por ter perdoado incondicionalmente a dívida de alguns, e condicionado a salvação

dos outros aos méritos, e no caso da reprovação de alguns aos seus deméritos, ou seja, o não perdão dos pecados.

Em síntese, a argumentação de Agostinho em favor da eleição de alguns é com base na Misericórdia divina, enquanto que a reprovação de outros é baseada na presciência dos deméritos/Justiça divina, conforme diz no tratado *Sobre a Predestinação dos Santos*, em capítulo intitulado «Os insondáveis juízos de Deus e a predestinação dos santos»:

Como naqueles [predestinados] a vontade é preparada pelo Senhor, o que não acontece com os segundos, é preciso distinguir o que vem da sua misericórdia e o que vem da sua justiça. Diz o Apóstolo: Aquilo a que tanto aspira, Israel não conseguiu: conseguiram-no, porém, os escolhidos. E os demais foram endurecidos [...]. Eis a misericórdia e o juízo; misericórdia para com a eleição que alcançou a justiça de Deus; juízo para os demais que ficaram cegos [...]. Portanto, gratuitamente foi alcançada a eleição. Da parte deles não a precedeu nenhum mérito que pudesse ser apresentado uma condenação muito justa, de sorte que nenhuma antes e a eleição significasse uma retribuição. Salvou-os à custa de nada. Os outros ficaram cegos e receberam em retribuição, como o texto esclarece» (*De praed. sanct.*, VI, 11).

### Conclusões

Como conclusão, podemos dizer que no que concerna aos conceitos de eleição/reprovação, as posições agostinianas podem ser resumidas em quatro pontos:

1) a princípio, todos, sem exceção, são chamados à salvação, já que tudo que Deus criou é bom, em especial o homem que o fez para Si, criando-o à sua imagem e semelhança. *Todos recebem, ao nascer, a “graça criadora, ou natural”*, não havendo ontologicamente espaço para uma chamada “predestinação à perdição incondicionada supralapsariana” como querem alguns;

2) com o pecado original, temos uma queda da condição natural (“natureza primeira”), *que ficou parcialmente danificada* (“natureza segunda ou situação infralapsariana”), e não uma “depravação total”, o que levou Deus a conceder uma segunda graça restauradora, a começar pelos Profetas do Antigo Testamento e que tem o seu coroamento em Cristo. Esta segunda graça é dada

todos e não a poucos como defendem alguns, pois mesmo caído o homem continua um ser para Deus;

3) Mas, sabendo de antemão que com a queda nem todos responderiam positivamente a esse segundo chamado, *Deus, desde a eternidade, por um puro ato de amor, gratuitamente escolheu alguns para salvação*, dando-lhes uma terceira graça, ainda mais potente - “graça eficaz ou irresistível”, capaz de iniciar e preservar o homem na fé até o fim. Esta é a única e “verdadeira predestinação” para Agostinho (temos aqui uma eleição supralapsariana, pois aconteceu desde a eternidade, mas em função de uma presciência de uma situação de queda futura, ou seja, de uma situação infralapsariana);

4) sabendo também de antemão que alguns não responderiam positivamente ao seu chamado, Deus, por uma questão de justiça, permite que estes continuem na “massa de perdição” e, possivelmente, não alcancem a salvação. Mas, não se trata de predestinação para perdição. Temos aqui a única situação centrada na questão do mérito, ou melhor, do demérito, ou seja, mais uma vez baseada numa situação infralapsariana.

**Referências bibliográficas**

Agostinho, Santo, *A cidade de Deus: contra os pagãos*, 3. ed., trad. de Leme, O.P., Vozes, Petrópolis; Federação Agostiniana Brasileira, São Paulo 1991. v. I, 414; v. II.

\_\_\_\_\_, *A graça (I): O espírito e a letra - A natureza e a graça - A graça de Cristo e o pecado original*, trad., introd. e notas de Belmonte, A., Paulus, São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_, *A graça (II): A graça e a liberdade - A correção e a graça - A predestinação dos santos - O dom da perseverança*, trad. de Belmonte, A., Paulus, São Paulo 1999.

Agustín, San, «Escritos antipelagianos (4º): Réplica a Juliano, obra inacabada (livros I - III)», in *Obras completas de san Agustín*, Tomo XXXVI ed. Bilingüe, trad., introd. y notas de Arias, L., La Editorial Catolica/BAC, Madrid 1985.

\_\_\_\_\_, «Cartas (2º): Ep. 124 – 187», in *Obras completas de san Agustín*, Tomo Xia, ed. Bilingüe, trad., introd. y notas de Cilleruelo, L., La Editorial Catolica/BAC, Madrid 1987.

Berkhof, L., *Teologia sistemática*, 4. ed., Luz para o Caminho, Campinas 1996.

Calvino, J., *As institutas ou tratados de religião cristã*, trad. de Odayr Olivetti, Cultura Cristã, São Paulo 2006.

\_\_\_\_\_, *Breve instrução cristã* – publicada em 1537, trad. de Daliela Raffo in SoliDeoGloria – Biblioteca Evangélica Virtual,

2008. Disponível em: < <https://onlinecursosgratuitos.com/20-livros-de-joao-calvino-para-baixar-em-pdf/>>. Acesso em: 27.09.2018.

\_\_\_\_\_, *A doutrina da eleição*, trad. de Teixeira, W., O Estandarte de Cristo, São Paulo, Disponível em: <https://livros.gospelmais.com.br/livro-doutrina-da-eleicao-joao-calvino.html>. Acesso em: 17.06.2018.

Cardona, J.A., «La doctrina de salvación de san Agustín», *Revista El Boletín*, XVIII – 2 (1963) 3-11.

Confissão de Fé de Westminster, Editora Cultura Cristã, São Paulo 1991.

Feinberg, J.S. *et al.*, *Predestinação e livre-arbítrio*, 3 ed., trad. de Ramos, O., Mundo Cristão, São Paulo 2000, pp. 5-80.

Garrigou-Lagrange, R.M., *La predestinación de los santos y la gracia: doctrina de Santo Tomás comparada con los otros sistemas teológicos*, trad. de Agüero, B. y Argüello, M., Ediciones Desclée, de Brouwer, Buenos Aires, 1946.

Kendall, R.T., «A modificação puritana da teologia de Calvino», in *Calvino e sua influência no mundo ocidental*, trad. de Kepler, V.L.L., Casa Editora Presbiteriana, São Paulo 1990, pp. 245-65.

Lima, L.A. de, *Calvino ensinou a expiação limitada?* Disponível em: [http://www.monergismo.com/textos/expiacao\\_limitada/Calvino\\_Expiacao\\_Leandro.pdf](http://www.monergismo.com/textos/expiacao_limitada/Calvino_Expiacao_Leandro.pdf). Acesso em: 20.11.2018.

Michel, E., *Eleição e predestinação: um diálogo com João Calvino*, disponível em: [revistas.ulusofona.pt/index.php/seriemonograficacienciadasreligi/article/view/.../2654](http://revistas.ulusofona.pt/index.php/seriemonograficacienciadasreligi/article/view/.../2654). Acesso em: 17.06.2017.

Monteiro, A.; Barros, L.M. de, *As diferenças doutrinárias entre o calvinismo e arminianismo e seus reflexos na atualidade*, FUNVIC, Pindamonhangaba 2016, 22 f. Monografia (Bacharelado em Teologia).

Oliveira, E., *A doutrina da predestinação em Calvino e o caráter moral de Deus*, Bereia, Recife 2016.

Olson, R.E., *História da teologia cristã: 2000 anos de tradição e reforma*, trad. de Chown, G., Vida, São Paulo 2001.

Santos, J.A. dos, «Calvino e o lapsarianismo: uma avaliação de como Calvino pode ser lido à luz da discussão supra e infralapsariana», *Fides Reformata*, XXII-2 (2017) 117-138.

Strong, A.H., *Teologia sistemática*, v. 2., Editora Hagnos, São Paulo 2003.

Trapè, A., *Agostinho: o homem, o pastor, o místico*, trad. de Marcos, F.E. e Costa, M.R.N., Cultor de Livros, São Paulo 2017

